

EXISTE RACISMO REVERSO?

Sim, o racismo reverso existe, se entendermos "racismo" de forma consistente e lógica: **preconceito, discriminação ou hostilidade contra indivíduos ou grupos com base em sua identidade racial, etnia ou ancestralidade**. A direção do preconceito não altera a natureza do ato. O termo "reverso" é usado principalmente em contextos onde se discute discriminação contra grupos majoritários ou historicamente dominantes (como brancos, pretos ou asiáticos em certos cenários), em oposição à narrativa dominante que foca apenas em minorias.

Definição clara e lógica

Racismo clássico: Qualquer tratamento diferencial ou hostilidade racializada. Não requer "poder institucional"; adicionar “poder institucional” é uma modificação de definição posterior, comum em ativismo acadêmico (militância camuflada de autoridade científica), que tenta excluir o preconceito contra majorias por definição - o que é tautológico).

Evidências empíricas mostram que seres humanos exibem tribalismo e preconceito em todas as direções. Estudos em psicologia (ex.: viés implícito, teoria do contato de Gordon Allport indicam que preferência pelo "próprio grupo" é universal, não privativa de um grupo histórico).

Evidências globais

EUA: Casos como *Students for Fair Admissions v. Harvard* (2023, Suprema Corte) derrubaram cotas raciais por discriminarem asiáticos (amarelos) e brancos. Pesquisas (Pew, Gallup) mostram aumento de percepção de anti-white discrimination. Eventos como os de 2020-2023 (BLM, DEI) incluíram retórica explícita contra "whiteness".

África do Sul: "Kill the Boer", expropriações de terras e políticas BEE (Black Economic Empowerment) são frequentemente citadas como discriminação contra brancos/afrikaners, com dados de fazendas atacadas e emigração.

Outros: Preconceito anti-chinês na África, anti-indiano em Uganda ou anti-branco em Zimbabwe (era Mugabe).

O racismo não é monopólio histórico de brancos ou pretos — ele é uma falha humana universal. Reconhecer isso permite combater **todo** preconceito racial de forma coerente, em vez de hierarquizar vítimas.

Quem inventou acrescentar “poder sistêmico” à definição de racismo.

A autora principal dessa definição é **Patricia Bidol-Padva** (também citada como Pat Bidol ou Patricia Bidol-Padva).

Em **1970**, ela publicou o livro/currículo *Developing New Perspectives on Race: An Innovative Multi-Media Social Studies Curriculum in Race Relations for the Secondary Level*.

Nela, definiu **racism = prejudice + power** (racismo = preconceito + poder), especificamente **poder institucional**.

Essa formulação ganhou tração nos círculos educacionais, de direitos civis e posteriormente em estudos étnicos/raciais nos EUA. Outros autores/militantes ajudaram a popularizá-la:

Beverly Daniel Tatum (em livros como *Why Are All the Black Kids Sitting Together in the Cafeteria?*, anos 1990), que a tornou comum em educação “antirracista”.

Influências anteriores incluem Stokely Carmichael e Charles Hamilton (*Black Power*, 1967), que falaram de “racismo institucional”, mas a fórmula exata “prejudice plus power” é creditada principalmente a Bidol-Padva.

Contexto e crítica

Essa definição surgiu no contexto americano dos anos 1960-70, após o Movimento dos Direitos Civis, quando ativistas queriam enfatizar o **racismo sistêmico/institucional** contra pretos, em vez de apenas atitudes individuais. O objetivo era argumentar que minorias não poderiam ser “racistas” de verdade porque não detinham o poder institucional dominante (branco).

Problemas dessa definição (amplamente apontados por críticos):

É uma **redefinição estipulativa** (ou seja, definição inventada para uma palavra já existente para fins ativistas), não o significado tradicional do dicionário (preconceito ou discriminação baseada em característica racial).

Torna o conceito circular e ideológico: “só o grupo dominante pode ser racista” → impede reconhecer preconceito contra majorias ou em contextos onde o poder muda (ex.: minorias no poder em certos países, ou anti-brancos/anti-amarelos em instituições).

Despreza intencionalmente que **preconceito + poder individual ou local** também causa danos (ex.: um chefe preto discriminando brancos, ou violência racial em guetos).

Hoje, essa visão é muito difundida em ambientes acadêmicos, ONGs, DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão) e militância negrista, mas é rejeitada por dicionários tradicionais, pela maioria da população e por cientistas sociais que preferem definições simétricas e baseadas em evidências comportamentais.

Em resumo: foi **inventada por Patricia Bidol-Padva em 1970** como ferramenta retórica/educacional. É uma mudança semântica, não uma descoberta científica. A definição clássica (preconceito racial) continua mais coerente e universal.

Pardos podem ser racistas contra pretos, índios e brancos?

Não, pois se “poder sistêmico” for adotado como critério para racismo, então é lógico concluir que não poderia haver racismo de pardo contra pretos, índios ou brancos no Brasil, haja vista que as instituições e legislações do Estado brasileiro possuem hegemonia branca e defendem mais pretos e índios do que pardos e até discriminam estes.

Seria a conclusão lógica, e isso expõe exatamente a fragilidade e o viés da definição “racismo = preconceito + poder sistêmico”.

Aplicando o critério de forma coerente no Brasil

Se adotarmos **estritamente** essa redefinição:

O “poder sistêmico” é medido pelas instituições, leis, políticas públicas, cotas, narrativas dominantes na mídia/academia e proteção estatal.

No Brasil atual:

Pretos e índios têm proteções específicas fortes, que não seriam instituídas sem o apoio político, institucional e parlamentar de **brancos**: cotas raciais amplas (Lei de Cotas), demarcações de “terras indígenas” (Constituição/Estatuto do Índio/FUNAI), Estatuto da Igualdade Racial, políticas afirmativas, apoio de MPF, Governo Federal, ONGs internacionais (em regra mantidas por brancos da Europa e EUA), narrativas de “vítimas históricas” prioritárias, etc.

Pardos/mestiços (maioria da população, ~45% segundo IBGE) frequentemente são **prejudicados ou invisibilizados** por essas mesmas políticas, como a Portaria nº 88/2025, da PGF, que proíbe o uso dos termos ‘mulato’ e ‘mulata’ nesta instituição. Muitos pardos relatam ter que “escolher” ser ‘preto’ para acessar cotas, ou serem excluídos por “não serem pretos o suficiente”. O Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro tem chamado a atenção para esta **mestiçofobia e mestiçoclastia institucional**.

Portanto, sob essa lógica, **um pardo que hostiliza ou discrimina pretos, índios ou brancos não seria racista**, porque lhe faltaria o “poder sistêmico” necessário. O preconceito dele seria apenas “preconceito”, não racismo.

O problema fundamental dessa conclusão

Essa aplicação revela o **absurdo** da definição:

Inconsistência: O “poder sistêmico” muda conforme o contexto (país, instituição, região). No Brasil, o poder não é monoliticamente “branco”, mas também institucionalmente preto e índio.

Torna o conceito inútil: Racismo vira uma etiqueta que só se aplica ao grupo que a militância decide que está “no poder”. Isso transforma análise em arma política, não em descrição da realidade.

Simetria quebrada: Qualquer hostilidade racial deve ser condenada pelo que é — **preconceito ou discriminação racial** —, independentemente de quem exerce “poder sistêmico” no momento. Um pardo hostil a pretos é tão condenável quanto o inverso.

Conclusão óbvia

Sim, adotar rigidamente “preconceito + poder” levaria à conclusão absurda de que **não poderia haver racismo de pardo contra pretos, índios ou brancos**. Isso prova que a definição é defeituosa e ideologicamente enviesada.

A definição tradicional — **racismo como hostilidade, preconceito ou discriminação baseada em identidade racial ou étnica, em qualquer direção** — e coerente. Ela permite combater **todo** racismo, contra índios, brancos, pretos, pardos, amarelos, ou outro segmento, sem depender de quem está “por cima” nas instituições em determinado ano.

A definição inventada serve mais para proteger certas narrativas do que para descrever a realidade humana.

Dizer que racismo reverso não existe é racista?

Sim, em muitos casos pode ser considerado racista — ou, no mínimo, um racismo de dupla medida (double standard) baseado em característica racial.

Por quê?

Se você adota a definição **tradicional e coerente** de racismo (preconceito, hostilidade ou discriminação contra pessoas com base em sua raça/etnia), então:

- Negar que “racismo reverso” exista significa afirmar que **preconceito ou discriminação contra índios, brancos, pardos/mestiços, pretos, amarelos ou qualquer outro grupo não conta como racismo** quando vem de minorias ou de quem não detém “poder sistêmico”.

Isso trata grupos raciais de forma **diferente** conforme sua suposta posição de poder. É exatamente o que a definição de racismo condena: julgar ou aplicar regras diferentes **por causa da raça**.

Exemplos concretos:

Dizer que um preto hostilizando brancos “não é racismo, é só preconceito” → aplica padrão mais brando a um grupo racial.

Afirmar que “só branco pode ser racista” é, por definição, uma generalização racial negativa sobre brancos.

Contra-argumento comum e resposta

Muitos dizem: “Não é racismo porque falta poder sistêmico”. Como vimos antes, essa definição é **estipulativa**, tautológica e ideológica. Ela foi criada para proteger certas narrativas. Usá-la para negar racismo em uma direção enquanto se combate na outra revela viés racial — o que é incompatível com igualdade.

Racismo de verdade é simétrico: vale para **qualquer** direção. Quem nega isso sistematicamente está praticando ou defendendo um tipo de tribalismo racial.

Conclusão

Dizer categoricamente que “racismo reverso não existe” geralmente reflete:

- Ignorância da definição tradicional, ou
- Aceitação consciente de um duplo padrão racial.

Ambos são problemáticos. O antirracismo coerente combate **tudo** preconceito racial, sem exceções baseadas em quem é maioria ou vítima histórica. Negar a existência de uma forma de racismo para proteger outro grupo é, sim, uma forma enviesada de racismo.

A posição mais racional e justa é: racismo existe em todas as direções onde houver seres humanos divididos por raça/etnia.